



### **Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM**

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 99ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro, realizada no dia 24 de fevereiro de 2014, às 14h, no Auditório da FIEMG - Av. Brasil, nº 4.000 - Centro - Governador Valadares/MG, a saber: 4. Exame da Ata da 98ª RO de 12/12/2013. **APROVADA.** 6. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 6.1 Prefeitura Municipal de Mutum - Retificação do rio São Manoel - Canais para drenagem, aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe A da construção civil e/ou áreas de triagem - Mutum/MG - PA/Nº. 29383/2011/001/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 04 (QUATRO) ANOS. Aprovada a inclusão de condicionante com a seguinte redação: “Apresentar projeto de implantação de mata ciliar ao longo de todo o trecho dos cursos d’água afetados refazendo os projetos, se for o caso, de urbanização e de aterramento previstos. Prazo: Na formalização da LI”.** 7. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação - Concedida “*Ad Referendum*”: 7.1 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT/381 - MG Sub-Trecho: Km 450 (Int.MG 020) - Km 143,61 (Int.Br 116/MG) - Implantação ou duplicação de rodovias, pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias; aterro e/ou área de reciclagem de resíduos Classe A da construção civil e/ou áreas de triagem - Governador Valadares/MG - PA/Nº. 01323/2007/003/2011 - Classe 6. Apresentação: Supram LM **REFERENDADA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. Aprovada alteração das condicionantes de nº 05 e 24 do anexo I do parecer único que passam a vigor com as seguintes redações: Condicionante de nº 05: “Apresentar o Projeto Executivo dos lotes 09 e 10 para análise pela SUPRAM. O resultado da análise será encaminhado para deliberação da URC-LM na forma de adendo ao Parecer Único da Licença de Instalação. Prazo: Antes do início da intervenção nos respectivos lotes”; Condicionante nº 24: “Cumprir o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 11.428/2006, observado o disposto no art. 26 do Decreto Federal nº 6.660/2008, através da destinação à conservação de área equivalente a no mínimo o dobro da área a ser desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica e preferencialmente na mesma microbacia, na forma de criação de RPPN ou instituição de servidão florestal (art. 27, Decreto Federal nº 6.660/2008), ou da doação de área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, com as mesmas características ecológicas, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica. Diante da inexistência comprovada de área que atenda aos requisitos supramencionados, demonstrar a possibilidade de reposição florestal com espécies nativas, em área que contenha, no mínimo, o dobro do tamanho da área pretendida para supressão, mediante apresentação e projeto técnico elaborado por profissional habilitado e previamente aprovado pelo órgão ambiental competente, contemplando metodologia que garanta o restabelecimento de índices de diversidade florística compatíveis com os estágios de regeneração da área a ser desmatada (art. 26, § 2º, Decreto Federal nº 6.660/2008). Em qualquer hipótese, a proposta de compensação deverá passar pela aprovação da URC-LM. Prazo: Antes do início da supressão da vegetação”. Aprovada a inclusão de 18 (dezoito) novas condicionantes com as seguintes redações: 1) “Elaborar projeto conceitual/executivo de proteção e conectividade dos fragmentos florestais mais significativos identificados nas áreas lindeiras à rodovia, com extensão territorial definida no próprio projeto, conforme critérios técnicos, contemplando a identificação de reservas legais, unidades de conservação, áreas de preservação permanente e outras modalidade de áreas protegidas, ao longo de todos os lotes da rodovia. O projeto deverá ser disponibilizado em meio eletrônico público e deverá conter: a) Caracterização ambiental dos fragmentos de vegetação e a identificação dos respectivos proprietários (cadastro fundiário); b) Identificação de áreas necessárias à conectividade entre os fragmentos para orientação de projetos de recuperação e conservação; e c) Proposição de**



ações de conservação, proteção contra desmatamentos, incêndios, entrada de gado e animais domésticos. Prazo: 240 (duzentos e quarenta) dias”; 2) “Priorizar, no Projeto de Educação Ambiental (PEA), difusão do conhecimento da importância da fauna, ameaças a que está submetida (destruição de habitats, caça e tráfico) e das medidas que serão adotadas para devida minimização dos impactos pela operação da rodovia. Priorizar, ainda, abordagem aos impactos decorrentes do descarte irregular de lixo ao longo da rodovia. O PEA deverá ser destinado aos públicos já previstos no PCA, bem como à sociedade e usuários da rodovia em geral, incluindo empresas de transporte de passageiros e cargas. Deverá, ainda, ser disponibilizado em meio eletrônico público. Prazo: 120 (cento e vinte) dias após publicação da LI, deixando a cargo da proposta do DNIT os prazos de execução do mesmo, que serão aprovados pela SUPRAM-LM”; 3) “Promover campanhas, blitz e ações de educação ambiental para combate ao tráfico de animais silvestres. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias após publicação da LI”; 4) “Implantar, no(s) mirante(s) previsto(s) na rodovia, recipientes para disposição de resíduos, sinalizando sua existência e necessidade de uso. Promover recolhimento dos resíduos e a eventual substituição dos recipientes, caso necessário. Prazo: A partir da implantação do(s) mirante(s)”; 5) “Inserir, no projeto de sinalização da rodovia, tanto durante as obras quanto a operação, sinalização informativa/educativa sobre questões ambientais, com foco nas características das regiões atravessadas, relativos à topografia, fauna, flora e cursos d’água, sem prejuízo de outras informações dos órgãos ambientais, como a identificação da bacia hidrográfica e seu respectivo comitê, considerando as regras operacionais de segurança. Prazo: 150 (cento e cinquenta) dias após publicação da LI”; 6) “Disponibilizar a instituições de pesquisa e museus, com o objetivo de criação de testemunho da fauna local, apenas exemplares da fauna nativa que vierem a óbito. Prazo: Permanente”; 7) “Utilizar apenas espécies nativas rasteiras nas margens da rodovia, com manutenção periódica adequada, para que a vegetação não alcance alturas que impeçam a visualização de animais na pista e do motorista. Prazo: Ao longo da implantação, de forma concomitante com as obras de cada lote, com manutenção durante a operação”; 8) “Implementar medidas de proteção da vegetação a ser plantada e mantida na faixa de domínio da rodovia, incluindo implantação de cercas e medidas de proteção contra fogo e sinalização, informando que as faixas de domínio são áreas públicas, sujeitas a monitoramento constante e que sua invasão constitui crime, ficando sujeitos os invasores às penas da lei. Prazo: A partir do início da recuperação das faixas de domínio”; 9) “Contratar profissional habilitado para supervisionar o trabalho de supressão da vegetação, visando a identificação de espécies da flora ameaçadas de extinção e imunes de corte, inclusive para fins de estabelecimento de futuras medidas de compensação e mitigação. Prazo: Antes do início da supressão da vegetação”; 10) “Elaborar plano de risco/contingenciamento de emergências típicas de rodovias, implementando-o, por si ou por terceiros, em caso de concessão. Prazo: Na formalização da LO”; 11) “Implantar bacias de contenção/acumulação em todas as drenagens ao longo da rodovia direcionadas para corpos hídricos. Promover a manutenção periódica, com intensificação no período das chuvas. Prazo: Ao longo da implantação”; 12) “Definir, na fase de licença de operação, por si ou por terceiros (em caso de concessão), a necessidade de brigada de combate a incêndios para atuar nas faixas de domínio da rodovia, a ser mantida pelos respectivos operadores. Prazo: Até a concessão da LO”; 13) “No âmbito do Plano de Contingência para Cargas Perigosas participar da implantação do Plano de Auxílio Mútuo - PAM do Vale do Aço. Prazo: Permanente”; 14) “Elaborar Projeto de Monitoramento de Fauna Atropelada na rodovia, conforme Instrução Normativa IBAMA 13/2013. Prazo: Conforme cronograma transcrito no item 4.5 do Parecer único nº 2089431/2013, para os lotes 1 a 8, e antes do início das obras para os lotes 9 e 10”; 15) “Elaborar Projeto de Travessia de Fauna a ser implantado na rodovia com base nos dados obtidos pelo Projeto de Monitoramento de Fauna Atropelada, elaborado por equipe técnica especializada e com experiência comprovada na matéria, alterando os projetos executivos para inclusão de novas obras de arte definidas no projeto de Travessia de Fauna, considerando, entre outros: a) Os



tipos de passagem mais adequadas em cada ponto e para cada espécie; b) Sinalização, especialmente nos pontos de travessia de fauna; c) Utilização de cercas próprias para direcionamento dos animais para as passagens de fauna. Obs.: Em caso de concessão, considerar a exigência ao concessionário de atendimento veterinário permanente para animais atropelados. Prazo: No decorrer das obras, para os lotes 1 a 8, e antes do início das obras, para os lotes 9 e 10”; 16) “Implantar sinalização com placas contendo as fotos dos animais nos locais de possível ocorrência, considerando as regras operacionais de segurança. Prazo: Após a obtenção dos resultados do monitoramento de fauna atropelada”; 17) “Adequar o Projeto de Monitoramento de Fauna para obter dados de mobilidade da fauna em pontos onde será implantada a variante dos lotes 9 e 10, principalmente em locais próximos ao Rio Santa Bárbara, com início imediato após a definição do traçado. Prazo: Imediato, com refinamento e intensificação a partir da definição do traçado”; 18) “Disponibilizar à sociedade, na internet, através de meio eletrônico público, os relatórios relativos ao andamento de todos os programas ambientais, notadamente dos programas de proteção à fauna, educação ambiental, fiscalização e proteção dos cursos d’água, inclusive dos pontos instituídos no Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas, distribuídos ao longo dos 10 lotes uma vez aprovados pela SUPRAM-LM, bem como um canal de perguntas e respostas, onde seja possível também a inclusão de denúncias sobre descumprimentos de medidas mitigadoras das obras, com possibilidade de inclusão de documentação fotográfica. Prazo: A partir da concessão da LI e à medida em que forem aprovados pela SUPRAM-LM”.

8. Processos Administrativos para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de Instalação: 8.1 Construtora Queiroz Galvão S.A. - PCH Cachoeira da Fumaça - Barragem de geração de energia - Hidrelétrica - Coroaci/MG - PA/Nº. 13030/2007/002/2008 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Leonardo Castro Maia representante da PGJ, Denise Bernardes Couto representante da FIEMG e Maria Aparecida Pereira Soares representante da Prefeitura Municipal de Governador Valadares.** 8.2 Construtora Queiroz Galvão S.A. - PCH Retiro - Barragem de geração de energia - Hidrelétrica - Coroaci/MG - PA/Nº. 05039/2008/002/2008 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Leonardo Castro Maia representante da PGJ, Denise Bernardes Couto representante da FIEMG e Maria Aparecida Pereira Soares representante da Prefeitura Municipal de Governador Valadares.** 9. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 9.1 GO4 Participações e Empreendimentos S.A./Mina da Baratinha - Estradas para transporte de minério/estéril; obras de Infraestrutura (Pátios de resíduos e produtos e oficinas); pilhas de rejeito/estéril; lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro - Antônio Dias/MG - PA/Nº. 18432/2011/001/2012 DNPM: 832.216/2002 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Leonardo Castro Maia representante da PGJ e Denise Bernardes Couto representante da FIEMG.** 10. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 10.1 Bom Jesus Energia S.A. - Barragens de geração de energia hidrelétricas - Bom Jesus do Galho/MG - PA/Nº. 15646/2011/001/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 02 (DOIS) ANOS.** 11. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 11.1 Vale S.A. - Posto de Abastecimento - Itabira/MG - PA/Nº. 00119/1986/104/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 04 (QUATRO) ANOS.** 12. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 12.1 Posto MG7 Ltda. - (Ex. Posto Vila Isa Ltda.) - Posto revendedor de combustíveis - Governador Valadares/MG - PA/Nº. 01140/2001/003/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS.** **Aprovada a inclusão de novas condicionantes com as seguintes redações:** “Executar a proteção dos poços de monitoramento das águas subterrâneas, mantendo as estruturas de laje de proteção com tampa de vedação hermética total dos poços, devidamente trancados por meio de fechadura ou cadeado, e manter o acesso restrito sob a responsabilidade do empreendedor, o qual somente promoverá a abertura dos poços,



**mediante autorização justificada encaminhada à SUPRAM LM ou a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM. Prazo: 30 (trinta) dias” e “Submeter à aprovação da SUPRAM LM, relatório técnico de adequação dos equipamentos industriais do posto revendedor à diminuição da geração de ruídos, atendendo às instruções da Resolução CONAMA nº 01/1990 e na NBR 10.151/2000 da ABNT, e aos limites impostos pela Lei Estadual nº 7.302/1978. Prazo: 90 (noventa) dias”. 12.2 Viga Calderaria Ltda. - Estamparia, funilaria e latoaria com ou sem tratamento químico superficial; usinagem, fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos - Santana do Paraíso/MG - PA/Nº. 02598/2002/003/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS.** 13. Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 13.1 Nestlé Waters Brasil Bebidas e Alimentos Ltda. (Ex - Ind. Alim. Itacolomy S.A. - Itasa) - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Teófilo Otoni/MG - PA/Nº. 00221/1999/006/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 04 (QUATRO) ANOS.****

**Danilo Vieira Júnior**

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e  
Presidente da URC Leste Mineiro.